



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003987-56.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Contratos Bancários**
 Requerente: **'Banco do Brasil S/A**
 Requerido: **Ibatec Espumas Técnicas Ltda - Me e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

BANCO DO BRASIL S/A propôs ação de cobrança em face de **IBATEC ESPUMAS TÉCNICAS LTDA – ME, LUIZ HENRIQUE VIEIRA DA SILVA e KAROLINNA FEITOSA TURSSI**. Alegou que firmou com os requeridos Termo de Adesão ao Regulamento do Cartão BNDES em 08/02/2013 (fls. 59/72), tendo concedido à empresa requerida crédito no valor de R\$ 150.000,00. Informou que os demais requeridos participaram do negócio jurídico na qualidade de fiadores. Alegou que o limite de crédito foi utilizado mas os requeridos não cumpriram com as suas obrigações se tornando inadimplentes. Requereu a condenação dos réus ao pagamento do montante de R\$ 131.763,07.

Encartados à inicial vieram os documentos de fls. 4/104. Notificações extrajudiciais às fls. 91/101.

Citadas (fls. 109 e 160) a primeira e terceira requeridas apresentaram contestação às fls. 265/296. Preliminarmente, pleitearam pelo benefício da justiça. No mérito, afirmaram que a empresa ré utilizava diversos serviços oferecidos pela requerente, sendo todos debitados em uma mesma conta corrente, o que gerava confusão entre as operações. Declararam que, em auditoria técnica realizada pela empresa, foram constatadas ilegalidades que apontaram que a autora aplicava juros exponenciais, capitalizados, além de encargos cumulativos abusivos. Pleitearam pela inversão do ônus da prova. Juntaram documentos às fls. 297/307.

Citado por edital (fls. 331 e 339), o requerido Luiz Henrique apresentou contestação (fl. 347) por negativa geral através de curador especial.

Manifestação sobre à contestação às fls. 351/359.

Instadas a se manifestarem acerca da necessidade de produção probatória, o requerido e o requerente se manifestaram (fls. 367 e 368), requerendo o julgamento no estado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É o relatório.

Fundamento e deciso.

De início, **indefiro os benefícios da gratuidade às requeridas Ibatec e Karollina** diante da completa falta de comprovação quanto à hipossuficiência alegada, o que é obrigação de quem a requer. Anote-se.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com o conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presente as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91)."

Trata-se de ação de cobrança que o Banco autor interpôs em face dos requeridos, diante do inadimplemento quanto ao pagamento dos valores disponibilizados em virtude de adesão ao cartão do BNDES.

Ao contrário do que alegam, a relação entre as partes não pode ser tida como de consumo, visto que a requerida não pode ser considerada, no caso concreto, consumidora final. Ademais, o ônus probatório, a teor do art. 373, inciso I, do CPC é do autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito, sendo o que basta.

Pois bem, em que pese a irresignação dos requeridos não há que se falar em abusividade contratual. Isso porque em nosso país não há limitação legal para as taxas de juros bancários, não sendo aplicada a essas instituições a Lei de Usura. Foi editada pelo E. STF a Súmula 596 que dispõe.

"As condições do Dec. 22.262/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições financeiras públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional".

É pacificado o entendimento de que os juros nos contratos bancários, podem ser superiores a 12% ao ano, conforme disposto também nas Súmulas nº 648, e na Súmula Vinculante nº 07, todas do STF, não havendo portanto, norma constitucional ou legal que limite a taxa de juros em relação às instituições que integram o sistema financeiro nacional.

No mesmo sentido a jurisprudência do STJ, confirmada do Resp. Nº 106.530/RS, j. 22/10/2008, precedente de suma importância porque processado aos termos do artigo 543-C do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CPC, que cuida dos temas respectivos. A questão está pacificada na jurisprudência desde a revogação do §3º do artigo 192 da Constituição Federal, pela Emenda Constitucional nº 40/2003.

Ademais, as instituições financeiras estão legalmente autorizadas a capitalizar os juros mensalmente ou em qualquer outra periodicidade, ainda que inferior a um ano, nos contratos firmados em data posterior a edição da Medida Provisória n. 1.963/2000 (após 31 de março de 2000), o que se dá no caso dos autos.

“A capitalização dos juros é admissível quando pactuada e desde que haja legislação específica que a autorize. Assim, permite-se sua cobrança na periodicidade mensal nas cédulas de crédito rural, comercial e industrial (Decreto-lei n. 167/67 e Decreto-lei n. 413/69), bem como nas demais operações realizadas pelas instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, desde que celebradas a partir da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17 (31.3.00)” (AgRg. no AREsp. n. 90.109, rel. Min. Sidnei Beneti, j. 19.4.2012).

De se considerar, ainda, que as taxas de juros de empréstimos pelo cartão BNDES são até módicas diante de outras praticadas no mercado, não tendo a parte requerida motivos concretos para reclamar. Ademais, os requeridos tinham pleno conhecimento do sistema de amortização, quando da contratação, e ainda assim escolheram contratar.

Muito fácil a atitude da parte que, ciente de todas as cláusulas de um contrato e também valores que deveria suportar, recebe crédito da instituição para, depois, discutir os montantes cobrados imputando-os de indevidos. O contrato foi formalizado nos termos da lei, dentro da autonomia de vontade dos contratantes e isso basta.

A meu ver, e respeitados entendimentos em contrário, não há como se tolerar a utilização do Judiciário para o enriquecimento sem causa, procurando-se desconstituir cláusulas válidas de um contrato, sob pena de se aferir de morte o conhecido adágio *pacta sunt servanda*. Cito o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

AÇÃO REVISIONAL C.C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. Contrato de financiamento bancário. COBRANÇA DE TAXA DE APROVAÇÃO DE CADASTRO (TAC) E TARIFA DE SERVIÇOS DE TERCEIROS . Possibilidade. Existência de expressa previsão contratual autorizando as respectivas cobranças, de acordo Resolução nº 3.518/2007, do Banco Central, em seu artigo 1º. Recurso não provido. (Apelação nº 0017140-13.2010.8.26.0482, Colenta 38ª Câmara de Direito Privado, Relator Desembargador Fernando Sastre Redondo, d.J. 19/10/11).

Nesse sentido, contratos devem ser cumpridos, somente sendo possível a revisão em casos de ilegalidade premente, e não simplesmente quando a parte resolve que não mais pretende cumprir as suas obrigações, como neste caso.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Assim, **JULGO PROCEDENTE A AÇÃO**, nos termos do art 487, inciso I, do CPC para para condenar os requeridos ao pagamento do valor de R\$131.763,07. O valor será corrigido monetariamente pela tabela prática do TJSP, e incidirão juros de mora de 1% ao mês, contados da citação.

Vencida, a parte requerida arcará com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios que fixo em 10% do valor atualizado da condenação, observado o indeferimento da gratuidade, nesta sentença.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Com o trânsito em julgado, nos termos do Comunicado CG nº 1789/2017, em caso de procedência e procedência parcial da ação, à serventia para lançar a movimentação "Cód. 60698 – Trânsito em Julgado às partes – Proc. em Andamento".

Aguarde-se por 30 dias eventual requerimento da fase de cumprimento de sentença, que deverá ser feito nos moldes dos artigos 523 e 524 do CPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Não havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, os autos de conhecimento seguirão ao arquivo provisório ("Cód. 61614 – Arquivado Provisoriamente"), sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.

Havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, o processo de conhecimento será arquivado definitivamente ("Cód. 61615 – Arquivado Definitivamente"), tudo conforme Comunicado CG nº 1789/2017.

P.I.

São Carlos, 30 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**